



CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2021



CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Sumário

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas



CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos a V.S.as. às Demonstrações Contábeis do **CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** “CCB Brasil DTVM” ou “Instituição” relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, elaboradas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil – BACEN.

Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

Assim como desde o início do período pandêmico em 2020, o ano de 2021 apresentou desafios intensos, especialmente em vista dos impactos econômicos que a pandemia vem causando sobre o mercado como um todo. O CCB Brasil vem realizando um extenso trabalho, visando melhorar os processos e metodologias de trabalho para se adequar a este cenário desafiador.

O contexto vivido durante o ano de 2021 propiciou importantes decisões para seguir as diretrizes do Conglomerado CCB Brasil, que vão de encontro às medidas das autoridades de saúde nacionais e internacionais. Ressalta-se entre elas os cuidados com a saúde dos funcionários e seus familiares, colaboradores e parceiros, bem como a manutenção das atividades e dos procedimentos operacionais do CCB Brasil DTVM, além de sustentar o apoio aos clientes, visando o melhor resultado a todos.

Desempenho

No encerramento do exercício de 2021, a atividade operacional do CCB Brasil DTVM permaneceu limitada a aplicação de seu capital em aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo. Os ativos totais do CCB Brasil DTVM atingiram R\$ 21.750 mil. As aplicações em depósitos interfinanceiros corresponderam a 98% dos ativos.

No encerramento do exercício de 2021, o patrimônio líquido da Instituição atingiu R\$ 21.302 mil. O lucro líquido do exercício de 2021 foi de R\$ 307 mil.

Divulgação autorizada na Reunião da Diretoria de 30 de março de 2022.

A Diretoria

***CCB Brasil
Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 1 e 11 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Instituição mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		21.656	21.448
Disponibilidades	4	102	42
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	21.389	21.246
Outros instrumentos financeiros	6	165	160
Ativos Fiscais		94	22
Impostos a compensar		28	22
Crédito tributário	9.a	66	-
Total do Ativo		21.750	21.470
Passivo			
		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante e não circulante			
Provisões	7	219	215
Obrigações Fiscais		156	131
Impostos correntes		143	120
Impostos diferidos	9.b	13	11
Dividendos mínimos a pagar	10.b	73	56
Total do Passivo		448	402
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10	14.223	14.223
Reservas de Lucros		7.079	6.845
Total do Patrimônio Líquido		21.302	21.068
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		21.750	21.470

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2º Semestre 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas da Intermediação Financeira		375	628	563
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	12	375	628	563
Resultado da Intermediação Financeira		375	628	563
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(139)	(242)	(206)
Outras despesas administrativas	13	(121)	(212)	(178)
Outras receitas operacionais	14	3	5	3
Outras despesas operacionais	15	(18)	(30)	(28)
Provisão para passivos contingentes	8.a	(3)	(5)	(3)
Resultado Operacional		236	386	357
Resultado Antes da Tributação		236	386	357
Imposto de Renda e Contribuição Social		(94)	(79)	(120)
Impostos correntes	9.c	(94)	(143)	(119)
Impostos diferidos	9.c	-	64	(1)
Lucro Líquido do semestre/exercícios		142	307	237
Número de Ações Integralizadas (mil)		14.223	14.223	14.223
Lucro por Ação do Capital Social - R\$		0,01	0,02	0,02

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.



CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro Líquido do semestre/exercícios	<u>142</u>	<u>307</u>	<u>237</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente do semestre/exercícios	<u><u>142</u></u>	<u><u>307</u></u>	<u><u>237</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2020	14.223	1.187	5.477	-	20.887
Lucro líquido do exercício	-	-	-	237	237
Destinações do lucro:					
Dividendos propostos	-	-	-	(56)	(56)
Reservas	-	14	167	(181)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.223	1.201	5.644	-	21.068
Mutações do exercício	-	14	167	-	181
Saldos em 01 de janeiro de 2021	14.223	1.201	5.644	-	21.068
Lucro líquido do exercício	-	-	-	307	307
Destinações do lucro:					
Dividendos propostos	-	-	-	(73)	(73)
Reservas	-	15	219	(234)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.223	1.216	5.863	-	21.302
Mutações do exercício	-	15	219	-	234
Saldos em 01 de julho de 2021	14.223	1.209	5.801	-	21.233
Lucro líquido do semestre	-	-	-	142	142
Destinações do lucro:					
Dividendos propostos	-	-	-	(73)	(73)
Reservas	-	7	62	(69)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.223	1.216	5.863	-	21.302
Mutações do semestre	-	7	62	-	69

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Semestre/Exercícios		142	307	237
Ajustes ao Resultado		-	(64)	4
Atualização de depósitos em garantia		(3)	(5)	-
Provisão para passivos contingentes	8.a	3	5	3
Crédito tributário e passivo fiscal diferido		-	(64)	1
Lucro ajustado		142	243	241
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(199)	(142)	(243)
(Aumento) Redução em outros instrumentos financeiros - ativo		6	(6)	(3)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(20)	(126)	(95)
Aumento em outras obrigações		138	147	100
Caixa Líquido originado em atividades operacionais		67	116	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	10.b	-	(56)	-
Caixa Líquido utilizado em atividades de financiamento		-	(56)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		67	60	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	4	35	42	42
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	102	102	42
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		67	60	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - “CCB Brasil Distribuidora”, sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlado pelo China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, e pode operar com a emissão, negociação e intermediação de títulos de oferta pública e de títulos e valores mobiliários; a administração de fundos de investimentos; a realização de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes e em bolsa de mercadoria e de futuros; a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Atualmente as operações da empresa estão limitadas a aplicação do seu capital em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez efetuadas com partes relacionadas.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foram elaboradas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa das Demonstrações contábeis de 31 de dezembro 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 17).

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23º da Resolução BACEN nº 02/2020, o CCB Brasil Distribuidora optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 30 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil Distribuidora.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

e) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado foram calculados pela aplicação da alíquota de 25% para imposto de renda e de 15% para contribuição social. A partir de julho de 2021, de acordo com a Lei nº 14.183/2021, a contribuição social passou a ser de 20% até 31 de dezembro de 2021.

f) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil Distribuidora não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

g) **Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas inclui a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	102	42

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representados por aplicações em depósitos interfinanceiros junto ao controlador:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	21.150	19.257
Não circulante	239	1.989
Total	<u>21.389</u>	<u>21.246</u>

6. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - ATIVO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Devedores por depósitos em garantia (nota 8) – não circulante	<u>165</u>	<u>160</u>

7. PROVISÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisões para contingências (Nota 8)	165	160
Outras	54	55
Total	<u>219</u>	<u>215</u>
Circulante	54	55
Não circulante	165	160
Total	<u>219</u>	<u>215</u>

8. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil Distribuidora é parte em ações judiciais, envolvendo questões de natureza fiscal.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 165 (Dezembro/2020 – R\$ 160): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, ao argumento de que a contribuição incide somente sobre as receitas de prestação de serviços, conforme decisão judicial transitada em julgado, proferida no Mandado de Segurança nº 2005.81.0017985-6, e não sobre todas as receitas da atividade, inclusive receitas

CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

financeiras, como pretende a Procuradoria da Fazenda Nacional, com base no Parecer PGFN/CAT 2.773/07. A emissão da Carta de Cobrança nº 29/17 da Receita Federal ocorreu em março de 2017, quando foi constituída esta contingência fiscal. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Não há contingências cíveis e trabalhistas.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Fiscais e previdenciárias	31/12/2020	Atualização	31/12/2021
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	160	5	165

Para as contingências acima descritas o CCB DTVM depositou em garantia (nota 06 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 165 (Dezembro/2020 – 160).

	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante	165	160

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no semestre:

Descrição	31/12/2020	Realizações	Adições	31/12/2021
Imposto de Renda				
Provisão para contingências e outras	-	-	41	41
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	-	-	41	41
Contribuição Social				
Provisão para contingências e outras	-	-	25	25
Subtotal	-	-	25	25
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	-	-	66	66

Conforme disposto no Art. 4º. Da Resolução CMN 4.842/2020, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021, as instituições financeiras devem efetuar o registro contábil de ativos fiscais diferidos quando houver expectativa de geração de resultados tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos, além de apresentarem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência. Desta forma, a distribuidora registrou crédito tributário no montante de R\$ 66, decorrente de diferença temporária referente a provisão para contingências fiscais.

CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em 31 de dezembro de 2020, o CCB Brasil Distribuidora possui créditos tributários não ativados decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$ 64, originadas em provisão para contingências fiscais.

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data base 31 de dezembro de 2021, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Realização dos Créditos Tributários	Ano Projetado	Dezembro	Dezembro
		2021	2020
	2030	Total	Total
Valor Projetado	66	66	-
Valor Presente (*)	27	27	-
% Realização	100,0%		

b) Passivo fiscal diferido

	31/12/2020	Variação no Resultado	31/12/2021
Imposto de Renda			
Atualização monetária de depósitos judiciais	7	1	8
Subtotal Imposto de Renda	7	1	8
Contribuição Social			
Atualização monetária de depósitos judiciais	4	1	5
Subtotal Contribuição Social	4	1	5
Total	11	2	13

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	31/12/2021		31/12/2020	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	386	386	357	357
Base de cálculo	386	386	357	357
Adições temporárias	5	5	4	4
Exclusões	(5)	(5)	(4)	(4)
Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	386	386	357	357
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	58	70	54	54
Adicional de 10% de IR	15	-	11	-
Impostos correntes	73	70	65	54
Imposto de Renda e CSLL Diferido	1	1	1	-
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(41)	(25)	-	-
(=) Provisão IR e CSLL	33	46	66	54
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	33	46	66	54

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 14.223.228 (Dezembro/2020 - 14.223.228) ações ordinárias nominativas.

b) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2021, propôs o pagamento de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido após a destinação de 5% para Reserva Legal, referente ao exercício de 2021, no montante de R\$ 73. Em 10 de junho de 2021, o CCB Brasil DTVM pagou dividendos no montante de R\$ 56, relativos ao exercício de 2020.

c) Reservas

Reserva legal - Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitado a 20% do capital social.

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, quando pagos ou provisionados.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O CCB Brasil Distribuidora mantém transações com partes relacionadas. Os saldos de operações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são com o controlador, China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e podem ser assim demonstrados:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	102	42	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros – CDI	21.389	21.246	917	566
Títulos de renda fixa	-	-	-	11
Total do ativo	21.491	21.288	-	-
Dividendos propostos (nota 10b)	(73)	(56)	-	-
Total do passivo	(73)	(56)	-	-

b) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações em depósitos interfinanceiros em dezembro de 2021 são remuneradas a taxa de 100% do CDI (Dezembro/2020 - 100%) e possuem vencimentos entre 16 de dezembro 2022 a 24 de abril de 2023 (Dezembro/2020 - vencimentos em 15 de março/2021 a 28 de dezembro 2022).

12. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	649	917	566
Resultado de títulos renda fixa	(274)	(289)	(3)
Total	<u>375</u>	<u>628</u>	<u>563</u>

12.1) Intermediação de títulos e valores mobiliários

No exercício 2021, o CCB Brasil Distribuidora adquiriu do controlador CCB Brasil Banco Múltiplo letras de crédito do agronegócio (LCA) e CDB pelo valor nominal de R\$ 382.350 (Dezembro/2020 R\$ 42.358) e posteriormente, foram distribuídas ao mercado pelo CCB Brasil Distribuidora no valor de R\$ 382.061 (Dezembro/2020 – R\$ 42.344), resultando em um prejuízo de R\$ 289 (Dezembro/2020 – 14), que corresponde a 0,11% de deságio (Dezembro/2020 – 0,03% deságio).

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas de serviços de terceiros	39	63	52
Despesas de publicação	35	62	47
Despesas com contribuições a entidades associativas	26	52	51
Despesas de serviços do sistema financeiro	21	35	28
Total	<u>121</u>	<u>212</u>	<u>178</u>

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Atualização de depósitos em garantia	3	5	3
Total	<u>3</u>	<u>5</u>	<u>3</u>

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas tributárias			
COFINS	15	25	23
PIS	3	4	4
Atualização monetária tributos a pagar	-	1	1
Total	18	30	28

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

Alinhada às diretrizes relacionadas ao gerenciamento de riscos das Instituições Financeiras e estabelecidas pelo Banco Central, em sua Circular nº 3.681/13 e Resolução nº 4.557/18, o CCB Brasil Distribuidora segue a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CCB BRASIL, que é aplicada em todas as suas empresas.

Estas circulares dispõem sobre as condições de apetite ao risco, condutas e procedimentos adequados para dimensionar, monitorar, controlar e relatar os riscos internamente.

Deste modo, com a aplicação de sua Política de Gerenciamento de Riscos, o conglomerado China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., visa também ao atendimento dos requisitos regulatórios relacionados aos controles internos de suas atividades, impostos pela Resolução do CMN nº 4.968/2021.

A gestão dos riscos envolve diversas estruturas da governança do conglomerado China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.: o seu Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Riscos por meio de decisões colegiadas apoiadas pelos seus demais Comitês.

O Departamento de Riscos é responsável pela gestão e avaliação dos seguintes riscos:

- I. De mercado, liquidez e gestão de capital
- II. De crédito
- III. Socioambientais

Além disso, estas equipes prestam suporte aos Comitês da Instituição na definição de estratégias e ações mais adequadas à gestão de riscos.

A efetividade dos documentos formais que regem a operação do conglomerado China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., como políticas, normas e sistemas existentes é verificada anualmente pelas áreas de Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna. A atuação desta última também compreende a prevenção e combate a fraudes dentro do Conglomerado.

O Relatório de Gestão de Riscos do Conglomerado China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. (não auditado) encontra-se disponível para leitura no site <http://www.br.ccb.com> no menu Institucional | Relações com Investidores | Governança Corporativa | Gestão de Riscos | Relatórios de Gerenciamento de Risco.



CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O CCB Brasil DTVM adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios. O gerenciamento dos riscos é exercido diariamente por intermédio de relatórios e instrumentos devidamente testados e avaliados.

17. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil DTVM e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Durante os exercícios de 2021 e 2020 não houve registro de resultados não recorrentes.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

O pessoal-chave da Administração não recebe remuneração pelos cargos ocupados no CCB Brasil Distribuidora.

O CCB Brasil Distribuidora não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego e nem benefícios de longo prazo de rescisão de contrato.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2021, foi aprovado o não pagamento da remuneração para os membros da Diretoria para o exercício de 2020.

* * *